ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ

1º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO (*ad hoc*)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Não havendo Expediente, exceto por Requerimentos de licença de vereadores, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Daniel Alves (21 de novembro), Kiki Bispo (20 a 22 de novembro) e Sabá (21 de novembro). Nos **Registros**, o vereador Orlando Palhinha contou ter estado com o prefeito Bruno Reis, a vice-prefeita e secretária da Saúde Ana Paula Matos e o vereador Maurício Trindade no lançamento da Ordem de Serviço para o Hospital da Criança, na Federação. Explicou que a

unidade seria criada na estrutura do antigo Hospital Salvador. O vereador Maurício Trindade informou que o Hospital da Criança era fruto de Indicação sua e teria 200 leitos, além de maternidade, e realizaria cirurgias eletivas. O senhor presidente elogiou o trabalho do orador. O vereador Cláudio Tinoco destacou a importância das matérias que seriam apreciadas nesta Sessão. Comentou sobre o Projeto de incentivos fiscais, afirmando que sua aprovação traria benefícios à Cidade. Explicou que o Projeto promoveria remissão de dívidas visando a restabelecer economicamente os nomes das pessoas, inclusive os barraqueiros e comerciantes das praias. O vereador André Fraga destacou, no Projeto de incentivos fiscais, a remissão para cooperativas de trabalhadores da reciclagem de materiais. Disse esperar que a Prefeitura e o Governo do Estado promovessem esses profissionais. O vereador Augusto Vasconcelos enalteceu os profissionais da Educação, defendendo o piso salarial dos docentes, o qual seria objeto do Projeto de Lei Complementar a ser votado. Expôs sua Emenda ao Projeto dos incentivos fiscais para que, além das cooperativas de reciclagem, fossem incluídas as associações de catadores de materiais. Em seguida, havendo acordo para inversão de pauta, adentrou-se a **Ordem do Dia**, sendo inicialmente apreciado o Projeto de Lei n. 308/23, sobre incentivos fiscais. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Orçamento e Finanças, de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, o vereador Paulo Magalhães Júnior, presidente da CCJ, cujo Parecer foi favorável ao Projeto e às Emendas n.s 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e pela rejeição das Emendas n.s 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, contra os votos da vereadora Marta Rodrigues (pela CCJ e pela Comissão de Finanças). Submetido ao Plenário, o Parecer foi aprovado. Em discussão, o vereador Augusto Vasconcelos disse que a Oposição considerava correto o parcelamento de dívidas tributárias, porém avaliava como insuficiente o texto do Projeto. Aduziu que se perdia a chance de se corrigirem distinções indevidas na cobrança de tributo e expôs que se cobrava IPTU em valores distintos

sobre imóveis idênticos. O vereador Edvaldo Brito lembrou ter estado com o senhor presidente no Gabinete do Prefeito, onde trataram deste Projeto, havendo sido sinalizada a possibilidade de emendas. Defendeu as suas duas Emendas rejeitadas no Parecer, expondo que uma delas evitava que imóveis perdessem isenção, e a outra permitia transação fora da via judicial. A vereadora Marta Rodrigues criticou a falta de informações solicitadas à Prefeitura, como a Planilha dos transportes. Criticou a rejeição da maioria das Emendas, salientando a autonomia da Casa, a qual via mitigada dessa maneira. Apontou a prorrogação de programas sem o olhar da CMS e questionou a pertinência dessas ações. O vereador Sílvio Humberto avaliou que as matérias contidas no Projeto deveriam constar de projetos distintos. Apontou o desconhecimento sobre os impactos dos programas prorrogados. Criticou a rejeição de Emenda que favorecia entidades afro, enquanto a Prefeitura promovia ações com objetivos afins. Sublinhou que a mesma gestão que perdoava dívidas fora responsável por haver pessoas, em situações distintas, inadimplentes. O vereador Joceval Rodrigues mencionou segmentos não-incluídos nos benefícios do Projeto. Pediu que o senhor presidente intercedesse para a Prefeitura compreender os vereadores que contestavam o Projeto. Disse não querer entender que a rejeição de Emendas se devera ao bloco de onde partiam. O senhor presidente declarou que todas as emendas eram colaborativas, porém ele não poderia garantir suas aprovações. A vereadora Laina Crisóstomo apontou falta de transparência por parte da Prefeitura e criticou o teor multifacetado do Projeto, o qual qualificou como um "Cavalo de Tróia". Também criticou o prefeito por não promover audiências públicas. Questionou a natureza do parcelamento proposto e apontou que o Projeto chegara com tempo exíguo para o seu exame. Afirmou que o Projeto era inconstitucional. Disse que faltavam informações da Prefeitura quanto a este Projeto e a outros que ainda seriam apreciados. O vereador Arnando Lessa mencionou o programa *Desenrola* do Governo Federal, relacionando-o ao Projeto em discussão. Lamentou sobre as Emendas rejeitadas e disse ver pontos positivos no Projeto. Expôs sobre sua

Emenda. Finda a discussão, o Projeto de Lei n. 308/23 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final, contra os votos das vereadoras Laina Crisóstomo e Marta Rodrigues, e havendo os vereadores Augusto Vasconcelos, Hélio Ferreira, Sílvio Humberto e Thiago Ferreira declarado voto favorável ao Projeto e às suas Emendas rejeitadas. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar n. 3/23, sobre a Educação. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pelas CCJ e pela Comissão de Orçamento, o vereador Paulo Magalhães Júnior, que enalteceu o trabalho do secretário da Educação Thiago Dantas, e cujo Parecer foi favorável ao Projeto e às Emendas n.s 1 e 2, e pela rejeição das Emendas n. 3 e 4. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Em discussão, o vereador Sílvio Humberto discorreu sobre a situação desfavorável de auditores fiscais, a qual motivara a sua Emenda rejeitada, que visava a corrigir tal situação. Explicou a importância do trabalho dos fazendários, salientando o seu aumento de eficiência. Criticou a concessão de benefícios do programa *Morar Melhor* às famílias de alunos com bom desempenho escolar, apontando impropriedade nessa associação e observando que alguns estudantes tinham baixo desempenho em razão de suas más condições de vida. A vereadora Marta Rodrigues lamentou a manutenção da trava prejudicial aos fazendários. Criticou a criação de cargos no Projeto, apontando falta de transparência e, também, de propriedade quanto às leis orçamentárias. Pediu ao senhor presidente que fizesse com que este tipo de projeto chegasse acompanhado de nota técnica, cumprindo-se a lei e a transparência. O senhor presidente respondeu anunciando que, se não fosse enviada à Casa, até o dia 5 de dezembro, a Planilha dos transportes já solicitada, não se votariam mais matérias do Executivo no dia seguinte. Finda a discussão, o Projeto de Lei Complementar n. 3/23 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final, havendo os vereadores da Oposição declarado voto favorável ao Projeto e às sua Emendas rejeitadas. Foram também discutidos, votados e aprovados os Requerimentos n.s 235/23 e 244/23. Em comunicação inadiável, o vereador Fábio Souza parabenizou o vereador José

Antonio pelo seu aniversário. Foi secundado pelo senhor presidente e pelos demais edis. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito parabenizou o vereador Kiki Bispo pelo seu aniversário, sendo, também, secundado. Retomando-se os **Registros**, a vereadora Marta Rodrigues disse que, como o Projeto de Lei n. 308/23 não fora votado artigo por artigo, ela não pudera votar a favor de pontos como o relativo ao programa *Minha Casa, Minha Vida*, do Governo Federal. O vereador Randerson Leal registrou o lançamento, pelo Governo do Estado, da *Operação Verão*, a qual traria o incremento de 4.500 policiais militares para a segurança de cidadãos e turistas, além de 63 novas viaturas para a boa qualidade do trabalho dos policiais. Contou sobre a visita a Salvador do presidente do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), cujo trabalho pelo cidadão brasileiro enalteceu, elogiando esse gestor e, também, o gestor baiano da entidade. Destacou a retomada da Câmara Itinerante, saudando as lideranças populares que nela estiveram. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: Registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO